

“QUEM QUER SE MATAR NÃO AVISA?”: ENFRENTAMENTO DE CRENÇAS E MITOS SOBRE SUICÍDIO NO AMBIENTE ESCOLAR

Pollyana Evangelista Marques¹;

Universidade Federal de São Paulo – (UNIFESP).

André Luiz Monezi Andrade²;

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - CAMPINAS).

Hector Rodrigo Estevão Rech³;

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - CAMPINAS).

Laura Soares da Silva⁴;

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - CAMPINAS).

Fernando Ferreira Semolini⁵;

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - CAMPINAS).

Amanda Severo Lins Vitta⁶;

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - CAMPINAS).

Andre Massahiro Shimaoka⁷;

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Richard Alecsander Reichert⁸;

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Denise De Micheli⁹.

Professora Associada III – Departamento de Psicobiologia – UNIFESP.

RESUMO: Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa interventiva realizada com professores da educação básica de duas escolas privadas de São Paulo, com foco na prevenção do suicídio entre crianças e adolescentes. O objetivo foi analisar as crenças e percepções docentes sobre o suicídio antes e após uma capacitação formativa. A metodologia quantiquantitativa incluiu a aplicação de um questionário online em dois momentos — antes e 30 dias após uma formação presencial de duas horas. Os dados demonstraram avanços significativos na identificação de sinais de alerta, na desconstrução de mitos e na compreensão do papel da escola como promotora de saúde mental. Os resultados indicam que capacitações breves, quando teoricamente fundamentadas, são eficazes para promover mudanças significativas na atuação dos educadores, tornando-os mais sensíveis e preparados para lidar com o sofrimento psíquico dos alunos. A pesquisa reforça a importância de intervenções sistematizadas e políticas institucionais voltadas à formação docente contínua, promovendo uma cultura escolar acolhedora, ética e comprometida com a prevenção do suicídio. O estudo conclui com a elaboração de um e-book informativo como recurso de apoio permanente para os profissionais da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Prevenção do suicídio. Formação docente. Adolescência.

“WHOEVER WANTS TO DIE DOESN'T WARN OTHERS?": CHALLENGING BELIEFS AND MYTHS ABOUT SUICIDE IN THE SCHOOL ENVIRONMENT"

ABSTRACT: This study presents the results of an intervention-based research conducted with elementary school teachers from two private schools in São Paulo, focusing on suicide prevention among children and adolescents. The aim was to analyze teachers' beliefs and perceptions about suicide before and after a formative training session. A quantitative-qualitative methodology was employed, including the application of an online questionnaire at two different times — before and 30 days after a two-hour in-person training. The data revealed significant improvements in recognizing warning signs, deconstructing myths, and understanding the school's role as a promoter of mental health. Results indicate that brief, theoretically grounded training sessions can effectively foster substantial changes in teachers' responses, making them more sensitive and better prepared to address students' psychological distress. The research emphasizes the importance of structured interventions and institutional policies aimed at continuous teacher training, fostering a welcoming, ethical, and committed school culture toward suicide prevention. The study concludes with the creation of an informative e-book as a permanent support resource for education professionals.

KEYWORDS: Suicide prevention. Teacher training. Adolescence.

INTRODUÇÃO

O suicídio é um fenômeno complexo, multifatorial e crescente que representa um dos maiores desafios para a saúde pública global. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 700 mil pessoas morrem por suicídio anualmente, sendo esta a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos (WHO, 2021). No Brasil, os indicadores também são alarmantes: entre os anos de 2010 e 2020, houve um aumento expressivo nas taxas de suicídio entre adolescentes, especialmente na faixa etária de 10 a 19 anos, revelando lacunas nas políticas públicas de prevenção e proteção social (BRASIL, 2022).

Do ponto de vista teórico, o suicídio deve ser compreendido não apenas como expressão de sofrimento individual, mas como um fenômeno social e relacional, atravessado por múltiplos determinantes. Durkheim (1897), em sua obra clássica *O Suicídio*, já destacava que as causas desse comportamento não estão unicamente no indivíduo, mas nas relações sociais, nos vínculos comunitários e nos níveis de integração e regulação social. Assim, fatores como exclusão, isolamento, violência e falta de pertencimento podem atuar como

catalisadores do ato suicida.

Na contemporaneidade, autores como Kovács (2008) e Minayo (2014) reforçam a necessidade de abordagens integradas, que considerem tanto os determinantes subjetivos quanto os contextuais e estruturais do suicídio. Em adolescentes, o sofrimento psíquico está frequentemente relacionado a vivências de bullying, violência doméstica, conflitos familiares, dificuldades escolares e ausência de redes de apoio afetivo e institucional. Quando não acolhido, esse sofrimento pode levar à desesperança, à autodesvalorização e, em situações extremas, à ideação ou tentativa de suicídio.

Nesse sentido, é imprescindível destacar o **bullying** como um fator de risco recorrente e alarmante no ambiente escolar. O bullying configura-se como uma forma de violência sistemática entre pares, caracterizada por ações repetitivas de humilhação, intimidação e exclusão, que podem assumir dimensões físicas, verbais ou psicológicas (OLWEUS, 1993). No Brasil, estudos apontam que o bullying afeta diretamente a saúde mental de crianças e adolescentes, estando frequentemente associado ao desenvolvimento de quadros depressivos, ansiedade, automutilação e ideação suicida (ASSIS; AVANCI; OLIVEIRA, 2006). A vítima de bullying tende a experimentar sentimentos de solidão, vergonha e desamparo, que, somados à negligência institucional ou à invisibilidade da violência, intensificam o sofrimento psíquico. Assim, abordar o suicídio na escola sem considerar o fenômeno do bullying significa negligenciar uma das raízes estruturais do problema.

A escola, nesse cenário, emerge como um espaço estratégico de escuta, acolhimento e prevenção. Por sua função social e formadora, e por estar inserida no cotidiano dos adolescentes, ela ocupa posição privilegiada para a identificação precoce de sinais de risco. No entanto, pesquisas evidenciam que muitos professores não se sentem preparados para lidar com essa temática. Segundo Santos, Gomes e Lima (2020), “a falta de formação específica, o medo de estimular o comportamento suicida ao falar sobre o tema e as crenças estigmatizantes são obstáculos significativos à atuação docente na prevenção ao suicídio” (p. 4).

Entre os mitos mais comuns estão ideias como “quem fala sobre suicídio não pretende se matar” ou “falar sobre suicídio pode incentivar o ato”, que, além de cientificamente infundadas, perpetuam o estigma e contribuem para o silenciamento institucional (SILVA & SEIDL, 2021). A desconstrução desses mitos é fundamental para que os educadores possam adotar uma postura mais ativa, ética e acolhedora diante de alunos em sofrimento.

Compreender o papel do educador na prevenção do suicídio exige, portanto, um olhar ampliado sobre sua prática profissional. Como defendem Oliveira et al. (2023), é preciso “resgatar o caráter humanizador da educação, reconhecendo a escola como território de cuidado e proteção da vida” (p. 11). Isso implica formar docentes para além do domínio técnico-conteudista, promovendo sua capacitação emocional e relacional para enfrentar situações complexas como o sofrimento psíquico e o risco suicida.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar as crenças e percepções

de professores da rede privada de ensino sobre o suicídio antes e após uma ação formativa voltada à prevenção. A proposta visa contribuir com o debate científico e prático sobre a importância da formação docente em saúde mental, evidenciando caminhos possíveis para fortalecer o papel da escola na promoção da vida e na construção de uma cultura de acolhimento.

METODOLOGIA

Este estudo de natureza aplicada, com abordagem quantiquantitativa, foi conduzido no município de São Paulo em duas escolas da rede privada de ensino básico. A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de analisar as crenças, percepções e mudanças de entendimento de professores sobre o suicídio de adolescentes, antes e após uma intervenção formativa.

A escolha da abordagem quantiquantitativa justifica-se pelo objetivo de captar não apenas dados objetivos e mensuráveis, mas também sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos às temáticas investigadas (MINAYO, 2001). De acordo com Ludke e André (1986), pesquisas dessa natureza permitem uma compreensão mais ampla e contextualizada da realidade educacional, especialmente quando envolvem processos formativos e transformações de percepção.

A investigação foi estruturada em três momentos principais. No primeiro, aplicou-se um questionário via Google Forms com todos os docentes das duas escolas participantes. O formulário foi composto por dois blocos: questões sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade, tempo de atuação, religião, entre outros) e afirmativas relacionadas a crenças, conhecimentos e percepções sobre o suicídio, baseadas em escalas validadas na literatura (SILVA & SEIDL, 2021). Esse primeiro instrumento teve como objetivo levantar o repertório inicial dos professores, possibilitando mapear o nível de familiaridade com a temática e identificar a presença de mitos e estigmas.

Na segunda etapa, realizou-se uma capacitação presencial com duração de duas horas em cada instituição. A formação foi planejada com base em metodologias ativas e participativas, conforme propõem autores como Nóvoa (2009) e Tardif (2014), defendendo uma formação docente que valorize o saber da experiência, o diálogo e a reflexão crítica. O conteúdo programático contemplou: panorama epidemiológico do suicídio, fatores de risco e de proteção, sinais de alerta, estratégias de acolhimento e encaminhamento, e a desconstrução de crenças equivocadas. O espaço foi construído de forma horizontal e dialógica, promovendo a escuta dos docentes e a valorização das suas vivências escolares.

Trinta dias após a capacitação, o mesmo formulário inicial foi reaplicado com os mesmos participantes, visando comparar os dados pré e pós-intervenção. A intenção foi analisar se houve mudanças significativas nas crenças e no nível de percepção dos educadores frente à temática abordada. Esse intervalo temporal permitiu que os professores refletissem sobre os conteúdos discutidos e comesçassem a aplicá-los em seu cotidiano

profissional.

Ao todo, participaram da primeira etapa 58 professores e da segunda etapa 56 professores, sendo a adesão voluntária mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), número do parecer: 7.400.890 respeitando a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Os dados quantitativos foram organizados e analisados com o auxílio dos softwares JASP e Jamovi, utilizando o teste de Mann-Whitney, conforme recomendação de Siegel e Castellan (1988), por se tratar de um teste não paramétrico adequado para amostras independentes e com distribuição assimétrica.

A articulação entre investigação empírica e intervenção formativa alinha-se à perspectiva da pesquisa-ação, que, segundo Thiollent (2011), busca transformar práticas ao mesmo tempo em que produz conhecimento. Assim, a proposta metodológica deste estudo pretendeu não apenas medir impactos, mas também promover deslocamentos nas posturas docentes frente ao sofrimento psíquico dos alunos, à prevenção do suicídio e à valorização da vida no ambiente escolar.

RESULTADOS

A presente pesquisa foi realizada com 58 professores de duas escolas privadas da cidade de São Paulo. O estudo se deu em três momentos: aplicação de um formulário inicial com questões sobre crenças, conhecimentos e atitudes frente ao suicídio; realização de uma capacitação de duas horas sobre o tema; e reaplicação do mesmo questionário após 30 dias. A análise comparativa entre os dois momentos revelou transformações significativas nas percepções e posicionamentos dos docentes, sobretudo no enfrentamento de crenças estigmatizantes e na valorização da escola como espaço de acolhimento e prevenção.

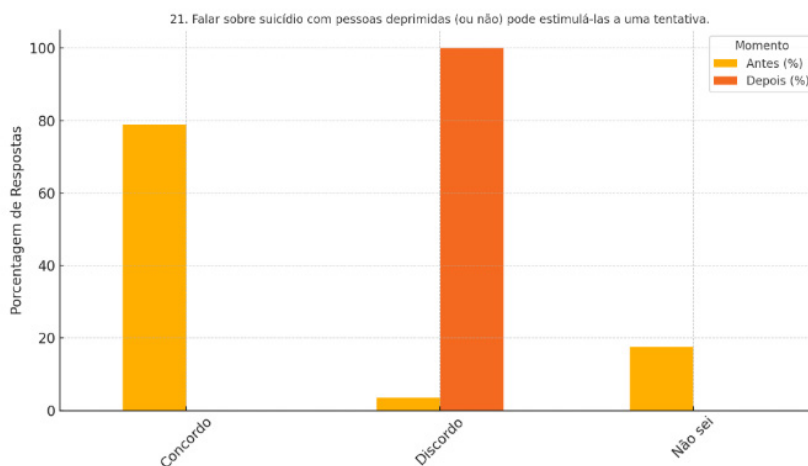
Inicialmente, quando perguntados sobre os sinais de alerta que indicam ideação suicida entre crianças e adolescentes, muitos professores apontaram corretamente verbalizações sobre a morte ou tentativas anteriores. No entanto, sinais menos explícitos, como queda no rendimento escolar, isolamento ou mudança abrupta de humor, foram pouco reconhecidos. Após a formação, os dados revelaram uma ampliação significativa da compreensão dos sinais de risco, indicando que os professores passaram a considerar uma variedade de comportamentos como indicadores relevantes de sofrimento psíquico. Essa ampliação do repertório é coerente com o que afirma Kovács (2008), ao apontar que o suicídio raramente ocorre sem sinais prévios e que cabe à escola desenvolver um olhar sensível e atento para captar esses sinais.

Na questão sobre o papel da escola na prevenção ao suicídio, observou-se uma mudança paradigmática. Antes da capacitação, a maioria dos docentes atribuía à escola

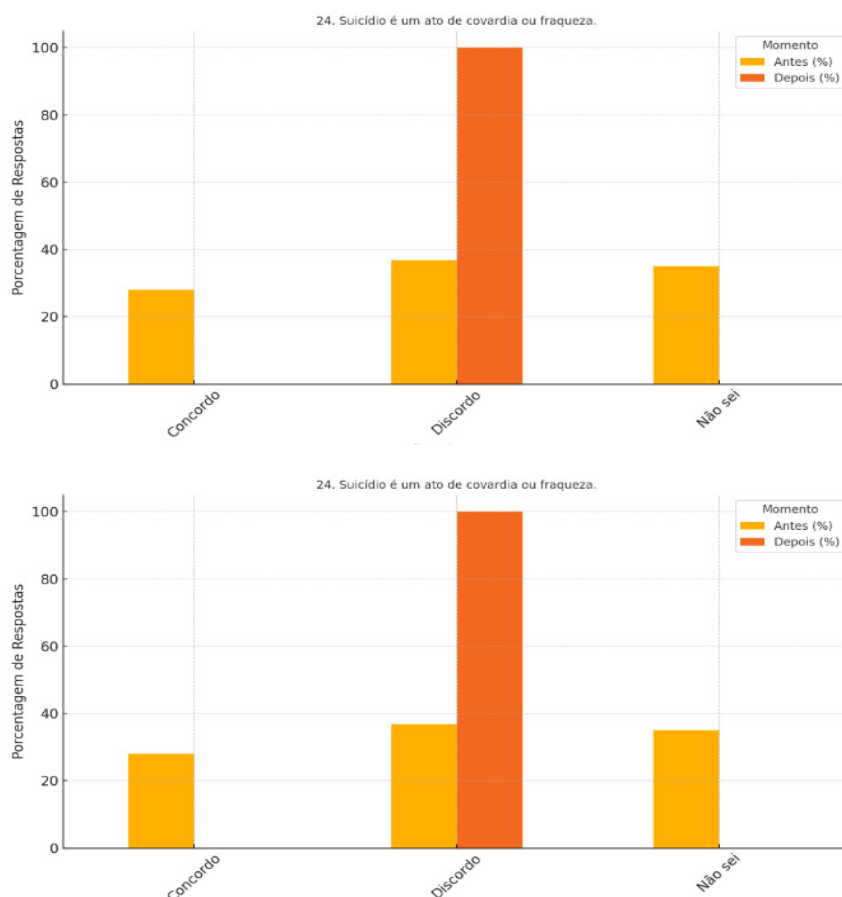
uma função secundária, limitando sua atuação à identificação e encaminhamento. Após a intervenção, houve um reconhecimento ampliado da escola como espaço de escuta, acolhimento e promoção de saúde mental. Esse dado reforça a ideia de Meneghel e Margariti (2017), que defendem a escola como território privilegiado para o cuidado em saúde mental, por sua proximidade com o cotidiano dos estudantes e por sua capacidade de mediação com os serviços da rede de proteção.

A percepção sobre a estrutura da escola também sofreu alterações. Quando questionados se acreditavam que a instituição onde trabalham estava preparada para lidar com casos de ideação suicida, a maioria respondeu “não” ou “em parte” no primeiro momento. Após a formação, embora persistissem críticas quanto à ausência de protocolos formais, aumentou a percepção de preparo, evidenciando que a capacitação contribuiu para elevar a autoconfiança dos professores e provocar reflexões institucionais.

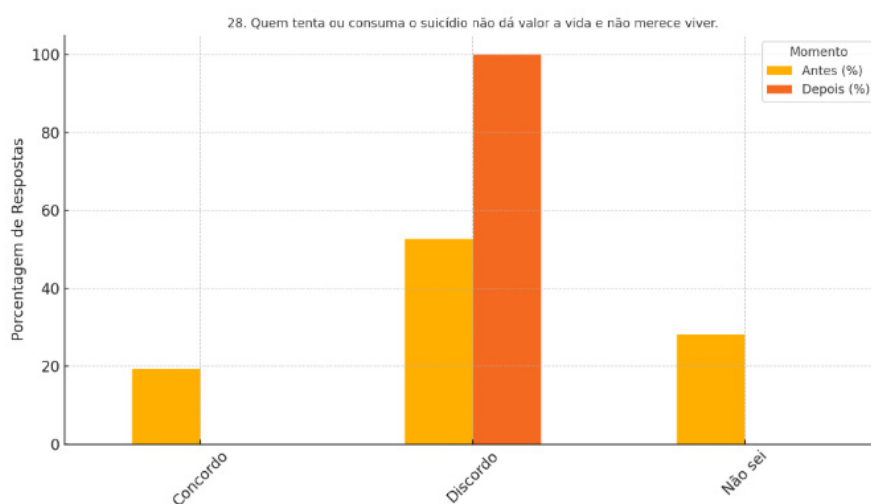
Um dos resultados mais impactantes foi a desconstrução da crença de que falar sobre suicídio estimula sua prática. Antes da formação, 78,9% dos professores concordavam com essa ideia, reflexo do tabu ainda presente no ambiente escolar. Após a capacitação, 100% passaram a discordar da afirmativa. Tal mudança está alinhada com os achados de Silva e Seidl (2021), que defendem que o silêncio, e não o diálogo, aumenta o risco de agravamento do sofrimento, enquanto a fala responsável e acolhedora pode ser um fator de proteção.



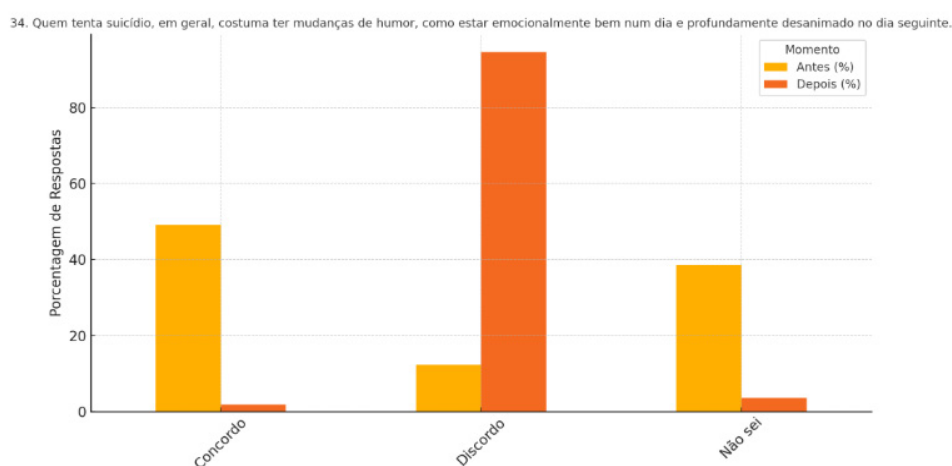
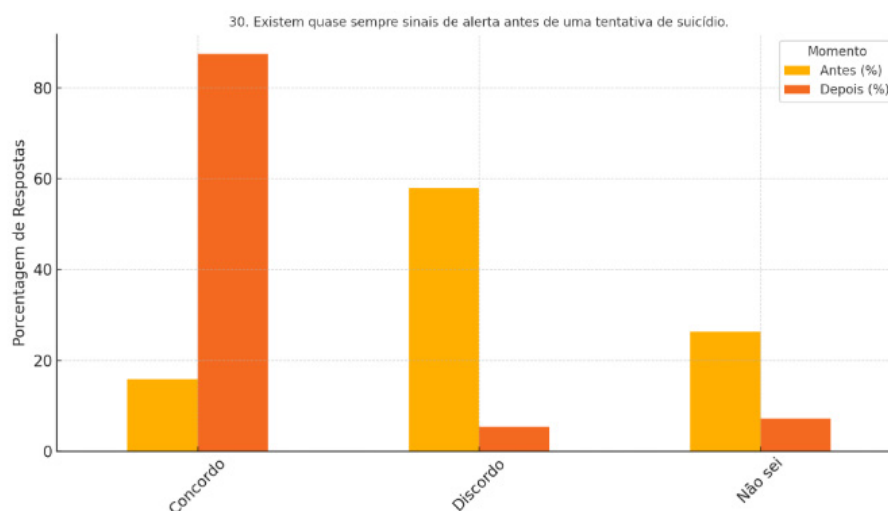
Outro dado relevante foi a rejeição de ideias moralizantes após a capacitação. Na afirmativa “suicídio é um ato de covardia ou fraqueza”, 28,1% dos participantes inicialmente concordaram, enquanto, após a formação, todos passaram a discordar. Da mesma forma, a crença de que “quem realmente quer se matar, não avisa” foi sustentada por 75,4% no pré-teste e caiu para apenas 12,5% no pós-teste. Esses dados evidenciam a mudança de perspectiva dos educadores, que passaram a compreender o suicídio como fenômeno multifatorial e não como escolha pessoal desvinculada de sofrimento, conforme defendem Minayo (2014) e a Organização Mundial da Saúde (2019).



A crença de que “quem tenta suicídio não valoriza a vida” também foi desconstruída. Antes da capacitação, aproximadamente 20% concordavam com essa ideia; após a intervenção, 100% passaram a discordar. A literatura mostra que pessoas em sofrimento não querem, de fato, acabar com a vida, mas sim com a dor emocional intensa e persistente. Desfazer esse tipo de julgamento é essencial para construir uma escola verdadeiramente inclusiva e empática (ASSIS; AVANCI; OLIVEIRA, 2006).



O reconhecimento de que quase sempre há sinais antes de uma tentativa de suicídio cresceu de 15,8% para 87,5%, um indicativo de que os educadores passaram a entender o suicídio como processo e não como ato súbito. Do mesmo modo, a identificação de mudanças de humor como sinais de risco cresceu de 49,1% para 94,6%, demonstrando o fortalecimento da percepção docente quanto à importância da atenção cotidiana aos comportamentos emocionais dos alunos, como ressaltam Conceição Júnior (2020) e Bender et al. (2021).



De modo geral, os dados revelam que a capacitação foi eficaz em sensibilizar e instrumentalizar os professores, possibilitando uma reformulação de crenças equivocadas, um aumento do conhecimento técnico e uma valorização do seu papel na prevenção do suicídio. Além disso, os resultados indicam que formações curtas, quando bem fundamentadas, são capazes de promover mudanças significativas nas práticas pedagógicas e nas culturas escolares.

DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesta pesquisa demonstram, de forma contundente, o impacto de uma ação formativa breve, porém direcionada, sobre a compreensão dos professores em relação ao suicídio na infância e adolescência. A transformação nas respostas dos participantes, comparando-se os momentos antes e depois da capacitação, revela o quanto a desinformação, os mitos e os tabus ainda estão presentes no ambiente escolar, mas também como a formação crítica e fundamentada pode ressignificar esses saberes.

Conforme aponta Kovács (2008), o suicídio deve ser compreendido como um fenômeno multifatorial, enraizado em aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Reduzir o ato suicida a uma escolha individual, como indicam crenças do tipo “suicídio é covardia” ou “quem quer se matar não avisa”, desumaniza o sujeito e invisibiliza seu sofrimento. Esses mitos, inicialmente aceitos por muitos docentes participantes, foram amplamente desconstruídos após a capacitação. Isso reforça a tese de que a desinformação pode perpetuar o estigma, enquanto o conhecimento qualificado empodera e mobiliza para a ação (SILVA; SEIDL, 2021).

Outro ponto relevante diz respeito ao papel atribuído à escola e ao professor no enfrentamento do suicídio. Inicialmente, observou-se uma tendência à delegação dessa responsabilidade aos profissionais da saúde. Entretanto, após a intervenção, os professores passaram a reconhecer que a escola é um espaço legítimo de promoção de saúde mental, e que seu papel vai além do conteúdo didático — ele se estende ao cuidado, à escuta e ao encaminhamento ético. Essa concepção está em consonância com Meneghel e Margariti (2017), que defendem a articulação da escola com a rede de proteção social como uma das estratégias mais potentes para enfrentar o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes.

Vale destacar, também, que o fenômeno do suicídio na adolescência raramente ocorre de forma abrupta. Como apontam Bender et al. (2021), há, na maioria dos casos, sinais prévios, como mudanças bruscas de comportamento, isolamento social, queda no rendimento escolar, entre outros. O reconhecimento desses sinais pelos professores aumentou de forma significativa após a capacitação, o que indica que o treinamento possibilitou não só uma mudança de crença, mas também um aprimoramento da escuta e da observação no cotidiano escolar.

Um dos aspectos mais sensíveis levantados nesta pesquisa refere-se ao bullying. Embora o formulário aplicado não tenha trazido uma pergunta específica sobre o tema, ele aparece implicitamente como um dos fatores sociais relacionados ao sofrimento psíquico. Como ressaltam Assis, Avanci e Oliveira (2006), o bullying está diretamente relacionado ao desenvolvimento de quadros depressivos e ao risco de ideação suicida entre adolescentes. A escola, nesse sentido, precisa assumir um papel ativo na prevenção das violências escolares, promovendo um ambiente de respeito, pertencimento e acolhimento.

A pesquisa também escancara a ausência de políticas institucionais claras para o

enfrentamento do suicídio nas escolas. Embora os professores tenham avançado em seus conhecimentos e percepções individuais, muitos ainda apontaram que suas instituições não contam com protocolos ou fluxos de atendimento em casos de risco. Isso evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que integrem a saúde mental ao projeto político-pedagógico das escolas, em consonância com as diretrizes do Programa Saúde na Escola (PSE) e da Política Nacional de Promoção da Saúde.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa demonstra que formações breves podem ser eficazes, desde que fundamentadas teoricamente, baseadas em evidências e conectadas à realidade dos profissionais. Contudo, reforça-se que formações pontuais devem ser parte de um plano contínuo e sistemático de desenvolvimento profissional, como sugerem Nóvoa (2009) e Oliveira et al. (2023), que destacam a importância da formação docente como prática reflexiva e coletiva.

Em síntese, os dados desta pesquisa não apenas confirmam o poder transformador da formação crítica, como também apontam caminhos concretos para a atuação docente na promoção da saúde mental escolar. Romper o silêncio, desconstruir os mitos, reconhecer os sinais e acolher o sofrimento são atos pedagógicos e éticos. Mais do que nunca, torna-se necessário formar professores para a escuta, o cuidado e o enfrentamento de temas complexos, como o suicídio, a violência e o sofrimento juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o impacto de uma capacitação de curta duração sobre prevenção ao suicídio entre professores da educação básica em duas escolas privadas da cidade de São Paulo. A análise comparativa entre os dados obtidos antes e depois da formação revelou mudanças significativas nas crenças, percepções e atitudes dos docentes frente ao tema, indicando que ações formativas fundamentadas são estratégias eficazes na promoção de uma cultura escolar mais consciente, acolhedora e preparada para lidar com o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes.

A capacitação possibilitou a desconstrução de crenças estigmatizantes, como a ideia de que falar sobre suicídio pode estimular sua ocorrência, ou que pessoas que se suicidam são fracas ou covardes. Também ampliou o repertório dos educadores quanto aos sinais de alerta e à identificação precoce de risco, além de fortalecer a compreensão de que a escola tem papel ativo na prevenção, indo além do simples encaminhamento a outros serviços.

Esses achados evidenciam a necessidade de integrar a temática da saúde mental ao cotidiano escolar, por meio de políticas públicas, protocolos institucionais e formações permanentes. O enfrentamento do suicídio entre adolescentes não é responsabilidade exclusiva da saúde ou da família, mas sim de todos os atores que compõem a rede de proteção, sendo a escola uma das mais estratégicas.

É importante destacar que, apesar dos avanços identificados, persistem desafios.

A formação docente ainda é fragmentada em muitos contextos, e há carência de políticas escolares específicas voltadas à saúde mental. Além disso, a escuta do sofrimento demanda tempo, sensibilidade e respaldo institucional — elementos que nem sempre estão presentes no cotidiano escolar.

Assim, recomenda-se que as redes de ensino promovam formações continuadas e interdisciplinares, articulem-se com os serviços de saúde e assistência social e desenvolvam protocolos claros para o acolhimento e encaminhamento de casos de risco. Investir na formação dos professores é investir em vidas. E, como reforça Kovács (2008), quando a escola aprende a escutar, ela se torna não apenas um lugar de ensino, mas de cuidado e resistência à morte evitável.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. F. S. et al. *Prevenção do comportamento suicida em adolescentes: revisão integrativa da literatura*. Revista de Enfermagem UFPE, v. 10, n. 4, p. 1354-1361, 2016.
- ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q.; OLIVEIRA, R. V. C. *Violência nas escolas: o cotidiano e o enfrentamento como desafio para a promoção da saúde*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 11, n. 2, p. 339-351, 2006.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BENDER, S. S. et al. *Prevenção e posvenção do suicídio no contexto escolar: propostas de atuação interdisciplinar*. In: MELO, E. M. et al. (Org.). *Saúde mental na escola: práticas de cuidado e educação*. Campinas: Papyrus, 2021. p. 149-168.
- CONCEIÇÃO JÚNIOR, A. C. *Suicídio entre adolescentes: um problema de saúde pública e um desafio para a escola*. São Paulo: Cortez, 2020.
- KOVÁCS, M. J. *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- MENEGHEL, S. N.; MARGARITI, M. A. *O suicídio e os desafios para a educação: caminhos para prevenção*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 667-684, abr./jun. 2017.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do suicídio entre jovens no Brasil*. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 10, p. 2939-2940, 2014.
- NÓVOA, A. *Professores: imagens do futuro*. Lisboa: Educa, 2009.
- OLIVEIRA, R. C. et al. *Formação docente e saúde mental: uma proposta de intervenção para escolas*. Psicologia Escolar e Educacional, v. 27, p. 1-9, 2023.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Prevenção do suicídio: um manual para professores e educadores*. Genebra: OMS, 2019.
- SILVA, F. C.; SEIDL, E. M. F. *Crenças e atitudes de professores sobre o comportamento suicida na adolescência*. Psicologia Escolar e Educacional, v. 25, p. 1-9, 2021.
- TORRES, A. G. *Juventudes e sofrimento psíquico: desafios contemporâneos à educação*. In: DIAS, M. R. et al. (Org.). *Educação, juventude e saúde mental*. São Paulo: Edições Loyola, 2023. p. 37-52.